

Autopista Fluminense S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



**Autopista
Fluminense**

Grupo OHL

Autopista Fluminense S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Autopista Fluminense S.A.
São Gonçalo - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fluminense S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Autopista Fluminense S.A., essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, somente pela opção da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9 “S” RJ

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	31.12.2011	31.12.2010
	<u>explicativa</u>	<u></u>	<u></u>
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	85.030	60.051
Contas a receber	6	5.960	4.794
Estoques		91	62
Impostos a recuperar	8	294	291
Despesas antecipadas	7	308	238
Outros créditos		1.185	1.205
Total dos ativos circulantes		<u>92.868</u>	<u>66.641</u>
NÃO CIRCULANTES			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.480	897
Depósitos judiciais		19	25
Imobilizado	10	1.585	1.529
Intangível	11	325.962	233.633
Diferido	12	18.494	21.024
Total dos ativos não circulantes		<u>347.540</u>	<u>257.108</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>440.408</u>	<u>323.749</u>

(continua)

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	31.12.2011	31.12.2010
	explicativa		
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	13	1.266	138.844
Fornecedores	14	6.612	7.577
Fornecedores - partes relacionadas	17	5.529	4.439
Transações com partes relacionadas	17	21.027	13.154
Obrigações sociais		2.063	1.747
Obrigações fiscais	15	2.891	2.841
Cauções contratuais	16	2.611	2.842
Taxa de fiscalização	19	268	253
Provisão para manutenção em rodovias	18.2	606	28
Provisão para investimentos em rodovias	18.2	11.090	7.106
Dividendos propostos	21.c	4.605	2.472
Adiantamento de seguros	20	12.140	631
Outras contas a pagar		-	858
Total dos passivos circulantes		<u>70.708</u>	<u>182.792</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	13	212.867	1.263
Transações com partes relacionadas	17	60.000	60.000
Provisão para manutenção em rodovias	18.2	8.618	4.973
Provisão para investimentos em rodovias	18.2	-	3.783
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1	19	-
Total dos passivos não circulantes		<u>281.504</u>	<u>70.019</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.a	65.473	63.001
Reservas de lucros		<u>22.723</u>	<u>7.937</u>
Total do patrimônio líquido		<u>88.196</u>	<u>70.938</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>440.408</u>	<u>323.749</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	31.12.2011	31.12.2010
RECEITA	22	214.906	156.612
CUSTOS DOS SERVIÇOS	23	<u>(157.718)</u>	<u>(108.882)</u>
LUCRO BRUTO		57.188	47.730
Despesas gerais e administrativas	23	(9.898)	(8.555)
Remuneração da Administração	17	(679)	(533)
Outras receitas operacionais líquidas		<u>-</u>	<u>5</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		46.611	38.647
Receitas financeiras	24	6.147	6.247
Despesas financeiras	24	<u>(23.269)</u>	<u>(21.613)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		29.489	23.281
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	(10.681)	(8.224)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	25	<u>583</u>	<u>(585)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>19.391</u>	<u>14.472</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO		<u>0,30080</u>	<u>0,22971</u>

(*) Não há resultados abrangentes nos exercícios corrente e anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		<u>Reservas de lucros</u>			Lucros	
	Nota explicativa	Capital social	Legal	Retenção de lucros	(prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		63.001	-	-	(4.063)	58.938
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.472	14.472
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	21.c	-	520	-	(520)	-
Dividendos propostos	21.c	-	-	-	(2.472)	(2.472)
Retenção de lucros	21.c	-	-	7.417	(7.417)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		63.001	520	7.417	-	70.938
Aumento de capital conforme ata de assembléia de 29 de abril de 2011	21.b	2.472	-	-	-	2.472
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.391	19.391
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	21.c	-	970	-	(970)	-
Dividendos propostos	21.c	-	-	-	(4.605)	(4.605)
Retenção de lucros	21.c	-	-	13.816	(13.816)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		<u>65.473</u>	<u>1.490</u>	<u>21.233</u>	<u>-</u>	<u>88.196</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	19.391	14.472
Ajustes ao lucro líquido com o caixa líquido gerado das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	10.169	8.690
Provisão para manutenção em rodovias	4.397	3.413
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(583)	1.157
Despesas de juros, líquidas das receitas	18.983	17.164
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	177	691
Constituição de provisão para contingências	19	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(1.167)	(3.106)
Estoques	(29)	29
Despesas antecipadas	(70)	(12)
Impostos a recuperar	(3)	(118)
Outros ativos	26	(1.124)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(377)	(1.060)
Transações com partes relacionadas	(302)	1.825
Obrigações sociais e trabalhistas	313	197
Obrigações fiscais	9.435	7.228
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.385)	(5.889)
Cauções contratuais	(231)	-
Adiantamentos de seguros	11.509	631
Juros pagos	(12.589)	(11.707)
Outros passivos	(840)	201
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>48.843</u>	<u>32.682</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(181)	(177)
Adições ao intangível	(97.475)	(51.558)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(97.656)</u>	<u>(51.735)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	74.515	9.548
Pagamentos	(723)	(662)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>73.792</u>	<u>8.886</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>24.979</u>	<u>(10.167)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	60.051	70.218
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>85.030</u>	<u>60.051</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>24.979</u>	<u>(10.167)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	130.149	112.701
Receita dos serviços de construção	97.155	54.839
Outras receitas	346	191
	<u>227.650</u>	<u>167.731</u>
CUSTOS		
Custo dos serviços de construção	(97.155)	(54.839)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(40.039)	(36.032)
Custo da concessão	(4.765)	(4.155)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(4.397)	(3.413)
	<u>(146.356)</u>	<u>(98.439)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	81.294	69.292
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	<u>(10.169)</u>	<u>(8.690)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>71.125</u>	<u>60.602</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	6.147	6.247
Juros capitalizados	3.105	1.347
Outros itens	-	5
	<u>9.252</u>	<u>7.599</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>80.377</u>	<u>68.201</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	8.607	8.145
Benefícios	2.015	1.782
FGTS	616	537
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	17.062	14.841
Municipais	6.430	5.562
Remuneração de capitais de terceiros:		
Despesas financeiras	4.168	3.865
Juros	11.042	10.920
Juros capitalizados	1.781	824
Remuneração de capitais próprios:		
Juros partes relacionadas	7.941	6.730
Juros capitalizados	1.324	523
Dividendos propostos	4.605	2.472
Lucro do exercício remanescente	14.786	12.000
	<u>80.377</u>	<u>68.201</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo nº 100 Unidade 101, foi constituída em Assembléia Geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração da Rodovia BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme o Contrato de Concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2011 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$55.969 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

- c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as Demonstrações Financeiras à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia.
- 3,8 km de vias laterais.
- 28,3 km de variantes e contornos.
- Construção de 17 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em fevereiro de cada ano com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data de 31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$601.080 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$312.474 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 18.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade mantém registrado o montante de R\$18.494 relativos a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando conforme as IFRSs que indicam o registro como resultado quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se de outra forma mencionado.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: Investimentos que geram potencial de receita adicional, daqueles que não geram.

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infra-estrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 18.2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida a custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, são revisados anualmente. Não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, para que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subseqüentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota explicativa nº 18.1.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviços são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

4.10. Ativos e Passivos objetos de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

- b) Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:		
Provisão para manutenção – real	625	29
Provisão para manutenção a valor presente	606	28
Efeito de ajuste a valor presente	19	1
Provisão para investimentos – real	11.375	7.297
Provisão para investimentos a valor presente	11.090	7.106
Efeito de ajuste a valor presente	285	191
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo não circulante:		
Provisão para manutenção – real	12.651	6.966
Provisão para manutenção a valor presente	8.618	4.973
Efeito de ajuste a valor presente	4.033	1.993
Provisão para investimentos – real	-	4.078
Provisão para investimentos a valor presente	-	3.783
Efeito de ajuste a valor presente	-	295

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

4.13. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e ainda não aplicados pela sociedade

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “ <i>Joint Ventures</i> ”, eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e não causaram efeitos nas demonstrações financeiras:

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as conseqüências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos	1.228	1.148
Aplicações financeiras (*)	<u>83.802</u>	<u>58.903</u>
	<u>85.030</u>	<u>60.051</u>

(*) Representadas por aplicações de liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação de carteira é a seguinte:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Certificado de Depósito Bancário	-	36.365
Fundos de Investimentos	<u>83.802</u>	<u>22.538</u>
	<u>83.802</u>	<u>58.903</u>

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas acessórias a receber	33	24
Pedágio eletrônico a receber	5.462	4.293
Cupons de pedágio a receber	372	408
Cartões de pedágio a receber	<u>93</u>	<u>69</u>
	<u>5.960</u>	<u>4.794</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Seguros	276	238
Outros	<u>32</u>	<u>-</u>
	<u>308</u>	<u>238</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	100
IRRF sobre aplicações financeiras	115	18
IRRF sobre serviços de terceiros	3	6
Outros impostos a recuperar	<u>176</u>	<u>167</u>
	<u>294</u>	<u>291</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo diferido:		
Crédito contabilizado no exercício anterior	-	<u>1.971</u>
Saldo realizado no exercício	-	<u>(1.971)</u>
Ajustes por mudança de práticas contábeis		
Mudança de critério da amortização de investimentos	7.525	4.329
Amortização de intangível de obras futuras	(760)	(472)
Provisão para manutenção de rodovias	(9.185)	(4.788)
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	(1.879)	(1.703)
Estorno de capitalização de juros	<u>(54)</u>	<u>(3)</u>
	<u>(4.353)</u>	<u>(2.637)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do crédito constituído	<u>1.480</u>	<u>897</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.480</u>	<u>897</u>

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Exercício a findar em</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
2012	47	27
2013	49	28
2014	50	29
2015	52	30
Após 2015	<u>1.282</u>	<u>783</u>
	<u>1.480</u>	<u>897</u>

10. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado:							
Saldo em 01.01.2010	760	671	76	361	9	-	1.877
Adições	<u>57</u>	<u>63</u>	<u>4</u>	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>170</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>817</u>	<u>734</u>	<u>80</u>	<u>407</u>	<u>9</u>	<u>=</u>	<u>2.047</u>
Adições	<u>36</u>	<u>76</u>	<u>-</u>	<u>61</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>175</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>853</u>	<u>810</u>	<u>80</u>	<u>468</u>	<u>9</u>	<u>2</u>	<u>2.222</u>
Depreciação acumulada:							
Saldo em 01.01.2010	(54)	(93)	(11)	(84)	(2)	-	(244)
Adições	<u>(78)</u>	<u>(109)</u>	<u>(7)</u>	<u>(79)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(274)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>(132)</u>	<u>(202)</u>	<u>(18)</u>	<u>(163)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>(518)</u>
Adições	<u>(72)</u>	<u>42</u>	<u>(5)</u>	<u>(81)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>(119)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>(204)</u>	<u>(160)</u>	<u>(23)</u>	<u>(244)</u>	<u>(6)</u>	<u>=</u>	<u>(637)</u>
Imobilizado líquido:							
Saldo em 31.12.2010	<u>685</u>	<u>532</u>	<u>62</u>	<u>244</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>1.529</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>649</u>	<u>650</u>	<u>57</u>	<u>224</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>1.585</u>
Taxas de depreciação - %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

11. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de software (b)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo do intangível:					
Saldo em 01.01.2010	173.053	201	10.659	2.218	186.131
Adições	43.525	28	11.188	1.204	55.945
Transferências	<u>1.873</u>	<u>-</u>	<u>(400)</u>	<u>(1.473)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>218.451</u>	<u>229</u>	<u>21.447</u>	<u>1.949</u>	<u>242.076</u>
Adições	62.125	42	37.252	429	99.848
Transferências	<u>1.651</u>	<u>-</u>	<u>(1.069)</u>	<u>(582)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>282.227</u>	<u>271</u>	<u>57.630</u>	<u>1.796</u>	<u>341.924</u>
Amortização acumulada:					
Saldo em 01.01.2010	(2.512)	(50)	-	-	(2.562)
Adições	<u>(5.837)</u>	<u>(44)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.881)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>(8.349)</u>	<u>(94)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.443)</u>
Adições	<u>(7.471)</u>	<u>(48)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.519)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>(15.820)</u>	<u>(142)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.962)</u>
Intangível líquido:					
Saldo em 31.12.2010	<u>210.102</u>	<u>135</u>	<u>21.447</u>	<u>1.949</u>	<u>233.633</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>266.407</u>	<u>129</u>	<u>57.630</u>	<u>1.796</u>	<u>325.962</u>

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Amortização em cinco anos.

12. DIFERIDO

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
	25.354	25.354
Amortização acumulada	<u>(6.860)</u>	<u>(4.330)</u>
	<u>18.494</u>	<u>21.024</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	737	725
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,45% a.a.	<u>529</u>	<u>138.119</u>
		<u>1.266</u>	<u>138.844</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a.a.	526	1.263
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,45% a.a.	<u>212.341</u>	<u>-</u>
		<u>212.867</u>	<u>1.263</u>

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
2012	-	725
2013	10.564	538
2014	11.767	-
2015	12.773	-
2016	13.865	-
Após 2016	<u>163.898</u>	<u>-</u>
	<u>212.867</u>	<u>1.263</u>

A Sociedade capitalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o percentual médio de 14,1% dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa nº. 4.5.

- (a) Refere-se a contratos para a compra de grupos geradores, caixas d'água, sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz. A garantia desses empréstimos e financiamentos é a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.
- (b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução dos serviços de recuperação/manutenção (obras de pavimentação, canteiro central e faixa de domínio, obras de arte especiais, dispositivos de segurança, sinalização, drenagem, obras de arte corrente, iluminação e recuperação do meio ambiente) e construção de prédios e postos de pesagem, visando à exploração, pela beneficiária, do Lote Rodoviário 04 (BR-101, trecho entre a divisa ES/RJ e a ponte Rio-Niterói), referente ao Programa de Exploração da Rodovia (PER) anexo ao Contrato de Concessão de Serviço Público, precedida da Execução de Obra Pública, celebrado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e a Sociedade, em 14.02.2008.

No exercício de 2011, a Sociedade assinou contrato com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Esse contrato possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos Contratos de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;

- e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
- 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
 - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
 - 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 1. À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade.
 2. Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
 3. Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

<u>Geração de Caixa da Atividade</u>	<u>Serviço da Dívida</u>	<u>EBITDA</u>
(+) EBITDA	(+) Amortização de princip	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no contrato de financiamento, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.

- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
 - (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
 - (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
 - (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do Contrato de Concessão.
 - (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- I. Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária.
- II. Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionária, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- III. Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- IV. Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- V. Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pela concessionária.
- VI. Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da concessionária ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.
 - 1) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas do contrato com o BNDES nas datas das Demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$6.612 (R\$7.577 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda	326	485
Contribuição social	135	172
IRRF	267	254
Programa de Integração Social – PIS	76	68
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	352	314
Tributos federais retidos	631	534
Impostos Sobre Serviços – ISS	<u>1.104</u>	<u>1.014</u>
	<u>2.891</u>	<u>2.841</u>

16. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estavam representados respectivamente por R\$2.611 e R\$2.842.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	273	1.017
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	-	565
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	5.067	2.815
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>189</u>	<u>42</u>
	<u>5.529</u>	<u>4.439</u>
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>21.027</u>	<u>13.154</u>
Dividendos propostos:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>4.605</u>	<u>2.472</u>
Passivo não circulante:		
Mútuos - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>60.000</u>	<u>60.000</u>
	<u>60.000</u>	<u>60.000</u>
	<u>Resultado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Partes relacionadas – Despesas financeiras:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	7.941	6.730
Empresas ligadas – Serviços de conservação:		
Latina Manutenção de Rodovias (b)	<u>2.082</u>	<u>2.054</u>
	<u>10.023</u>	<u>8.784</u>

- (a) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”) (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				31.12.2011	31.12.2010
04/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	6.000	8.246	7.445
17/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.369	1.236
25/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	10.000	13.648	12.323
06/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.884	9.826
27/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	9.000	12.159	10.977
05/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	6.000	8.080	7.295
27/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	7.000	9.358	8.449
05/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.666	6.018
19/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>8.000</u>	<u>10.617</u>	<u>9.585</u>
			<u>60.000</u>	<u>81.027</u>	<u>73.154</u>

Os juros incorridos desde o início dos contratos até 31 de dezembro de 2011, conforme aditivos, vencem em dezembro de 2012.

- (b) Referem-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”).
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade provisionou os montantes de R\$679 e R\$533, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são de R\$783 e R\$639, respectivamente. A sociedade pagou em 31 de março de 2011 o montante de R\$642, referente à PLR registrado no exercício de 2010.

As metas são como seguem:

I. Dos participantes

Participam os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

II. Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

18. PROVISÕES

18.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo provisionado para fazer frente a esses processos é de R\$19, de acordo com a classificação de risco efetuada por seus advogados (risco provável).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas em andamento, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para contingências. Em 31 de dezembro de 2011, a movimentação segundo a natureza desses respectivos processos é como segue:

	<u>01.01.2010</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>31.12.2010</u>
Cíveis	1.798	1.231	(24)	3.005
Trabalhistas	<u>100</u>	<u>553</u>	<u>(397)</u>	<u>256</u>
	<u>1.898</u>	<u>1.784</u>	<u>(421)</u>	<u>3.261</u>
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>31.12.2011</u>
Cíveis	3.005	10	(2.844)	171
Trabalhistas	<u>256</u>	<u>-</u>	<u>(256)</u>	<u>-</u>
	<u>3.261</u>	<u>10</u>	<u>(3.100)</u>	<u>171</u>

(a) Adições de novos processos

(b) Baixas em função de alteração do risco de perda ou arquivamento do processo

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão para riscos registrada, em virtude de os respectivos riscos serem classificados como possíveis ou remotos.

18.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo que na provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

A movimentação do saldo das provisões para a manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldo em 01.01.2010	-	2	1.416	10.371
Adições	28	-	3.557	516
Transferências	<u>-</u>	<u>7.104</u>	<u>-</u>	<u>(7.104)</u>
Saldo em 31.12.2010	28	7.106	4.973	3.783
Adições	578	91	3.645	162
Baixas	-	(52)	-	-
Transferências	<u>-</u>	<u>3.945</u>	<u>-</u>	<u>(3.945)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>606</u>	<u>11.090</u>	<u>8.618</u>	<u>-</u>

19. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$268 e R\$253, nas datas de 31 de dezembro de 2011 e de 2010 respectivamente, referem-se às despesas com a taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão. O valor é anual, dividido em doze parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

20. ADIANTAMENTO DE SEGUROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade recebeu adiantamentos no montante de R\$12.140 relativos à indenização do Banco Itau S.A para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia.

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de se concluir, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é de R\$65.473 e R\$63.001 respectivamente e está representado por 65.196.211 (63.001.003 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	65.196.208	99,9999	63.001.000	99,9999
Conselho da Administração	<u>3</u>	<u>0,0001</u>	<u>3</u>	<u>0,0001</u>
	<u>65.196.211</u>	<u>100,00</u>	<u>63.001.003</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- b) Aumento de Capital

Conforme Ata de Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária de 29 de abril de 2011, a Sociedade realizou o aumento do capital no valor de R\$2.472, mediante a emissão de 2.195.208 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o saldo de dividendos declarado no balanço findo em 31 de dezembro de 2010.

c) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de retenção de lucros observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido do exercício	19.391	14.472
Prejuízos acumulados	<u>-</u>	<u>(4.063)</u>
Saldo a distribuir	19.391	10.409
Reserva legal de 5%	<u>(970)</u>	<u>(520)</u>
Base de cálculo	18.421	9.889
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>	<u>25%</u>
	<u>4.605</u>	<u>2.472</u>

O remanescente do saldo do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$13.816 (R\$7.417 em 31 de dezembro de 2010), foi transferido para a rubrica “Reserva de retenção de lucros”, considerando o início das operações da Sociedade, mantido para investimentos, conforme proposto pela Diretoria para atender aos compromissos de investimentos descritos na Nota explicativa nº 2.

O saldo em 31 de dezembro de 2010 de R\$2.472 relativo aos dividendos constituídos naquela data, foi utilizado para aumento de capital em 29 de abril de 2011, conforme Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária da mesma data.

22. RECEITA

Está representada por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas de pedágio	130.149	112.701
Receitas acessórias	346	191
Receitas de serviços de construção	<u>97.155</u>	<u>54.839</u>
	<u>227.650</u>	<u>167.731</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do exercício:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receita Bruta	227.650	167.731
Abatimentos sobre receitas de pedágios	(1.608)	(1.486)
ISSQN	(6.430)	(5.562)
PIS	(838)	(725)
COFINS	<u>(3.868)</u>	<u>(3.346)</u>
Receita líquida	<u>214.906</u>	<u>156.612</u>

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Custos de construção	(97.155)	(54.839)
Com pessoal	(8.281)	(7.774)
Serviços de terceiros	(15.850)	(14.747)
Depreciação / Amortização	(10.093)	(8.484)
Provisão para manutenção em rodovia	(4.397)	(3.413)
Conservação	(12.500)	(11.479)
Taxa de Fiscalização	(3.201)	(3.024)
Outros custos	<u>(6.241)</u>	<u>(5.122)</u>
	<u>(157.718)</u>	<u>(108.882)</u>

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Com pessoal	(4.417)	(4.006)
Serviços de terceiros	(3.938)	(2.925)
Depreciação/Amortização	(76)	(206)
Consumo	(294)	(337)
Transportes	(369)	(335)
Outras despesas	<u>(804)</u>	<u>(746)</u>
	<u>(9.898)</u>	<u>(8.555)</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, está representado por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	6.127	6.223
Outras receitas	<u>20</u>	<u>24</u>
	<u>6.147</u>	<u>6.247</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(18.983)	(17.653)
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	(177)	(691)
Comissões bancárias	(3.314)	(2.324)
Outras despesas	<u>(795)</u>	<u>(945)</u>
	<u>(23.269)</u>	<u>(21.613)</u>

25. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	29.489	23.281
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(10.026)	(7.915)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeito da compensação de prejuízo fiscal	-	1.399
Efeitos de adições e exclusões	<u>(72)</u>	<u>(2.293)</u>
Despesa contabilizada, líquida	<u>(10.098)</u>	<u>(8.809)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(10.681)	(8.224)
Diferidos (a)	583	(585)

(a) Vide Nota explicativa nº 9.

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referentes a:		
Juros	12.589	11.707
Imposto de renda e contribuição social	9.385	5.889
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de itens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, fornecedores partes relacionadas, cauções contratuais e outras contas a pagar	2.367	8.278
Capitalização de juros	3.105	1.347
Aumento de capital com dividendos propostos em 2010	2.472	-

27. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido do exercício	19.391	14.472
Número de ações durante o ano	<u>64.464.475</u>	<u>63.001.003</u>
Lucro por ação – básico	<u>0,30080</u>	<u>0,22971</u>
<u>Diluído</u>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	19.391	14.472
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>64.464.475</u>	<u>63.001.003</u>
Lucro por ação – diluído	<u>0,30080</u>	<u>0,22971</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e ou outras opções a serem conciliadas.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em investimentos.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>31.12.2011</u> Empréstimos e recebíveis	<u>31.12.2010</u> Empréstimos e recebíveis
Caixa e bancos	1.228	1.148
Aplicações financeiras	83.802	58.903
Contas a receber de clientes	5.960	4.794
Outras contas a receber	<u>1.185</u>	<u>1.205</u>
	<u>92.175</u>	<u>66.050</u>
	<u>31.12.2011</u> Outros passivos financeiros	<u>31.12.2010</u> Outros passivos financeiros
<u>Passivos</u>		
Fornecedores	6.612	7.577
Empréstimos e financiamentos	214.133	140.107
Credores pela concessão	268	253
Partes relacionadas	86.556	77.593
Outras contas a pagar	<u>-</u>	<u>1.489</u>
	<u>307.569</u>	<u>227.019</u>

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI (a)	9,50%	11,88%	14,25%
Juros a incorrer (b)	(10.804)	(13.199)	(15.594)
Receitas sobre aplicações financeiras	8.142	9.947	11.752
TJLP (a)	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (b)	(16.589)	(19.274)	(21.959)

(a) Conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus)

(b) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$5.462 (R\$4.293 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira de primeira linha para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez e juros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) <u>efetiva % a.a.</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>Após 2016</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Juros	8,60	78	18	-	-	-	-
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) – Principal		<u>723</u>	<u>535</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>801</u>	<u>553</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Financiamento de investimentos (BNDES) – Juros	8,45	17.442	17.015	16.087	15.081	13.990	59.756
Financiamento de investimentos (BNDES) – Principal		<u>-</u>	<u>10.979</u>	<u>11.907</u>	<u>12.913</u>	<u>14.004</u>	<u>164.195</u>
		<u>17.442</u>	<u>27.994</u>	<u>27.994</u>	<u>27.994</u>	<u>27.994</u>	<u>223.951</u>

29. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

30. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da verba de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade Civil	25.100
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	62.293

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade está dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária Autopista Fluminense S.A. (“Autopista Fluminense” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Autopista Fluminense foi outorgada em fevereiro de 2008, através do processo de licitação correspondente ao Edital de Licitação nº 004/2007. A Companhia iniciou suas atividades em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob forma de concessão, o Lote 04 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-101/RJ entre a divisa com o Estado do Espírito Santo e a ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói) em Niterói-RJ.

Suas atividades compreendem a recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O Lote 04 tem extensão de 321,6 km e cruza os municípios de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabú, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. A rodovia administrada pela Companhia exerce importante papel do ponto de vista econômico, promovendo a ligação entre as regiões Sudeste e Sul do país e conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Será também de grande importância logística para os projetos do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, da Petrobrás, localizado em Itaboraí) e o Porto do Açú, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro. Além disso, permite o acesso a um importante pólo turístico, que é a Região dos Lagos, onde se localizam as cidades de Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Rio das Ostras e outras.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Autopista Fluminense opera cinco praças de pedágio, sendo 4 bi-direcionais (dois sentidos) e 1 unidirecional (1 sentido – Pista Sul), localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão. As tarifas cobradas são estabelecidas no Contrato de Concessão e reajustadas todo mês de fevereiro de acordo com o índice IPCA acumulado de 12 meses até o mês de janeiro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2011, os valores das tarifas básicas praticadas nas praças de pedágio eram:

Localização das praças de pedágio	Tarifa (R\$)
Km 040+540 - BR 101 – Campos dos Goytacazes (Conselheiro Josino)	2,80
Km 123+000 - BR 101 – Campos dos Goytacazes (Serrinha)	2,80
Km 192+500 - BR 101 – Casimiro de Abreu (Boa Esperança)	2,80
Km 252+560 - BR 101 – Rio Bonito (Mato Alto)	2,80
Km 299+200 - BR 101 – São Gonçalo (Apolo III)	2,80

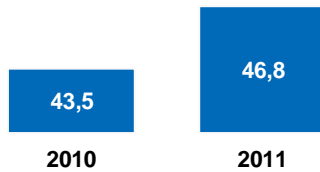
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

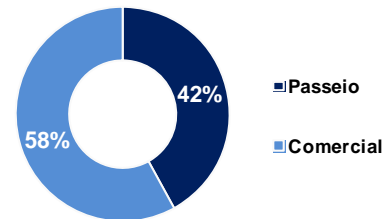
A Companhia registrou um aumento do tráfego pedagiado de 7,6%, passando de 43,5 milhões em 2010 para 46,8 milhões em 2011. Esse crescimento acompanhou o desempenho da atividade econômica nacional e regional e pela elevação das importações, conforme divulgado pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego 2011

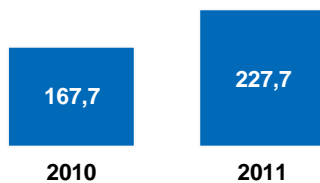


Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 227,7 milhões em 2011, com crescimento de 35,8% em relação aos R\$ 167,7 milhões registrados em 2010.

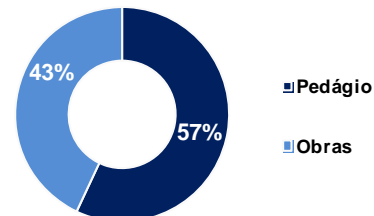
Receita Bruta

(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta

Ano 2011



A receita de pedágio cresceu 15,5%, passando de R\$ 112,7 milhões em 2010 para R\$ 130,4 milhões em 2011. Esse aumento foi influenciado pela evolução do fluxo de veículos pedagiados e pelo reajuste tarifário de 7,7% em 02 fevereiro de 2011, quando a tarifa passou de R\$ 2,60 para R\$ 2,80.

Já a receita de obras registrou acréscimo de R\$ 42,3 milhões (+77,2%), passando de R\$ 54,8 milhões em 2010 para R\$ 97,2 milhões em 2011. Esse aumento resultou, essencialmente, do maior volume de obras executadas.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 346 mil (+81,2%) em 2011.

No ano de 2011, a Companhia obteve receita líquida de R\$ 214,9 milhões, R\$ 58,3 milhões superior ao ano de 2010.

Custos e Despesas (excluindo depreciações e amortizações)

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Custo dos serviços de construção	(97,2)	(54,8)	77,4%
Serviços de terceiros	(19,8)	(17,7)	11,9%
Pessoal	(12,7)	(11,8)	7,6%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(4,4)	(3,4)	29,4%
Conservação	(12,5)	(11,5)	8,7%
Verba de fiscalização	(3,2)	(3,0)	6,7%
Seguros e garantias	(1,6)	(1,1)	45,5%
Remuneração da Administração	(0,7)	(0,5)	40,0%
Consumo	(1,6)	(1,6)	0,0%
Outros	(4,4)	(3,9)	12,8%
Custos e despesas	(158,1)	(109,3)	44,6%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram um acréscimo de 44,6% em 2011 em comparação ao exercício de 2010. Este crescimento de R\$ 48,8 milhões se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo de R\$ 42,4 milhões do “Custo dos serviços de construção” em virtude do aumento do nível de execução de investimentos em intangível na concessão, registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado;
- (ii) Aumento de R\$ 1,0 milhão em “Provisão para manutenção de rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores; e
- (iii) Aumento de R\$ 5,5 milhões nos demais custos e despesas devido a reajustes de salários (dissídio coletivo), bem como aumento de tarifas de serviços públicos e reajustes anuais de contratos operacionais e administrativos.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Receita líquida	214,9	156,6	37,2%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(158,1)	(109,3)	44,7%
EBITDA	56,8	47,3	19,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	4,4	3,4	28,8%
EBITDA Ajustado	61,2	50,7	20,5%

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2011 em R\$ 61,2 milhões, com aumento de 20,5% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo aumento da receita de pedágio em função do reajuste tarifário e do crescimento do tráfego.

Resultado Financeiro

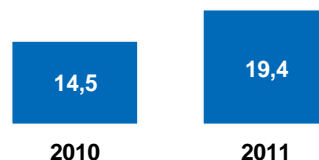
R\$ milhões	2011	2010	Var.
Receitas Financeiras	6,1	6,2	-1,6%
Despesas Financeiras	(23,3)	(21,6)	7,7%
Resultado Financeiro Líquido	(17,1)	(15,4)	11,4%

O resultado financeiro líquido de 2011 foi R\$ 17,1 milhões negativo, 11,4% maior que 2010. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram: (i) a variação do CDI, que impactou os juros incorridos sobre os contratos de mútuos com o controlador; e (ii) os juros incorridos sobre o empréstimo ponte do BNDES que, em 15 de dezembro de 2011, foi liquidado e substituído pelo empréstimo de longo prazo também contratado junto ao BNDES. O maior volume de investimentos também acarretou maior movimentação de recursos e, conseqüentemente, acréscimo das despesas bancárias.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com lucro líquido de R\$ 19,4 milhões (+34,0%), contra R\$ 14,5 milhões em 2010. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) o reajuste tarifário contratual obtido em fevereiro de 2011; e (ii) o aumento no tráfego de veículos pedagiados.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

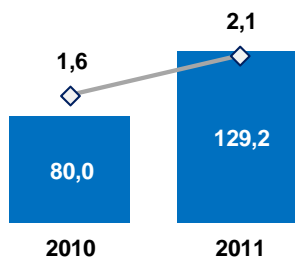
R\$ milhões	31/12/2011	31/12/2010	Var.
Dívida Bruta	214,2	140,1	52,9%
Curto Prazo	1,3	138,8	-99,1%
Longo Prazo	212,9	1,3	
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(85,0)	(60,1)	41,4%
Dívida Líquida	129,2	80,0	61,5%

¹ Curto e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento bruto totalizava R\$ 214,2 milhões, apresentando aumento de R\$ 74,1 milhões (+52,9%) em relação ao ano anterior. Esse aumento se deve ao desembolso, em dezembro de 2011, do empréstimo de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Na ocasião, a Companhia também quitou o empréstimo ponte com a instituição, o que contribuiu para a mudança do perfil da dívida com maior prazo de vencimento.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2011 em R\$ 129,2 milhões, apresentando aumento de R\$ 49,2 milhões em relação ao montante de R\$ 80,0 milhões registrado no encerramento do exercício de 2010. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado (últimos 12 meses), ficou em 2,1x.

Dívida Líquida e Grau de Alavancagem



INVESTIMENTOS

Em 2011, foram realizados investimentos em ativos intangíveis e imobilizado no valor de R\$ 97,7 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: início da duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas; e implantação dos sistemas de comunicação. Do montante investido, 66% foram para obras de recuperação da rodovia, 4% para obras de operação da rodovia (destaque para os sistemas de comunicação, em especial, a instalação de fibra ótica e início de implantação de CFTV), e 30% para obras de melhoramento da rodovia (destaque para a duplicação de pista e implantação de passarelas).

RECURSOS HUMANOS

Em 2011, nosso quadro de empregados teve um crescimento de 6,41% em comparação a 2010, encerrando o ano de 2011 com 249 empregados.

Estamos atentos também ao controle do índice de rotatividade, que aumentou se comparado a 2010, e ainda é considerado bastante aceitável, pois refletiu o momento de adequação da estrutura da empresa, face às demandas oriundas do atual nível de atividade da concessão.

	2011	2010
Empregos diretos	249	234
Rotatividade	5,86%	2,10%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, 80% de homens, contra 20% de mulheres. A média de idade está concentrada em 33 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 79,5% dos empregados. Destacamos que 20,5% possuem nível superior completo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autopista Fluminense estabeleceu como compromissos, a prevenção de acidentes e o desenvolvimento das comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Destacamos em 2011, a continuidade nas realizações de etapas dos projetos Viva Motorista, Viva Motociclista, Viva Ciclista e Passarela Viva.

O Viva Meio-Ambiente 2011 contou com a participação de 20 escolas municipais sediadas nos municípios que são lindeiros à rodovia, desde Niterói até Campos dos Goytacazes, que através da participação de seus educadores em atividades pedagógicas relacionadas com o meio ambiente, leva conhecimento e cidadania a mais de 8,3 mil alunos.

Meio Ambiente

A Autopista Fluminense tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condicionantes ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

Em 2011 foi iniciado o plantio compensatório de 45,6 mil mudas de árvores, decorrente das obras realizadas ao longo da rodovia. Esta ação faz parte de um compromisso assumido junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fluminense S.A. gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, ANTT, Polícia Rodoviária Federal, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

São Gonçalo-RJ, 20 de março de 2012.

A Administração

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho

Presidente

Juan Luis Osuna Gomez

Conselheiro

Felipe Ezquerria Plasencia

Conselheiro



Autopista Fluminense
Grupo OHL

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

José Alberto Beranger Gallo

Diretor Superintendente